

“MORADORES DO MORRO DO CASTELO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES”

Cláudia Míriam Quelhas Paixão

Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense

Esta apresentação visa comunicar o andamento, ainda inicial, da pesquisa de dissertação de mestrado, iniciado em março de 2005. Considerando a discussão e a disputa em torno da proposta de desmonte do morro do Castelo na cidade do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século XX, e a tentativa por parte das elites em deslocar as camadas populares de determinados espaços urbanos em busca de um ideal próprio de modernidade¹, pretende-se estudar a população do morro do Castelo durante o processo de arrasamento do morro, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1904 e 1922.

No início do século XX, o morro do Castelo foi alvo de duas demolições significativas. A primeira em 1904 pelo prefeito Francisco Pereira Passos, quando este abriu a avenida Central, demolindo a ladeira do Seminário e uma parte do próprio morro, construindo nas suas encostas a Biblioteca Nacional. A segunda, e definitiva, foi iniciada em 1921 pelo prefeito Carlos Sampaio e teve ampla discussão na imprensa, entre governantes e intelectuais. Em 17 de agosto de 1920, legitimado pelo ideal modernizador que defendia a construção de uma cidade moderna, e diante da carência da maioria da população que o habitava, Carlos Sampaio, como representante do poder executivo municipal, assinou o decreto que autorizava o desmonte do morro.² Suas terras foram usadas para construir a seqüência da avenida Beira Mar, aberta na administração de Pereira Passos, apontando uma continuidade na política administrativa entre os dois períodos.

Durante o governo de Carlos Sampaio travou-se uma discussão na imprensa acerca da derrubada do morro.³ Lima Barreto, que escrevia para a revista *Careta*, insistia regularmente na questão das habitações e dos moradores do morro. Devido à carência habitacional sofrida na cidade desde a administração de Passos, Lima Barreto chama

atenção para a falta de "lógica administrativa" que envolve tal projeto.⁴ Mas ainda assim o ideal urbano defendido por políticos e demais autoridades prevaleceu e calou vozes que defendiam o morro e seus habitantes. Houve várias atividades solenes no morro, como a última missa dos capuchinhos, que lotou a igreja com cerca de 10.000 pessoas e a procissão de traslado dos ossos de Estácio de Sá e do marco da cidade.⁵ Mesmo sobre fortes discussões e intelectuais se colocando contra, o morro foi arrasado por um novo sistema, moderno e veloz: jatos de água.

Sendo a cidade do Rio de Janeiro marcada por fatores naturais, justificando a necessidade da ação do homem na estrutura urbana para melhorar seu aspecto e facilitar seu uso, tem um histórico marcado por uma série de transformações na sua malha urbana. Os aspectos simbólicos do morro, relacionados com suas origens coloniais, bem como o empobrecimento de seu moradores ocorrido ao longo de anos, em especial àqueles que habitavam o seu topo, serviram para reforçar e legitimar o projeto que defendia o desmonte do Castelo. Tanto o Estado como a grande imprensa, com exceção do Jornal do Brasil e raríssimos intelectuais – entre eles podemos citar Lima Barreto e Vieira Fazenda – defendiam o desmonte e sustentavam seus argumentos pela degradação da população do morro, caracterizada como exemplos opostos daqueles defendidos pelo ideal de modernidade que se deseja alcançar. Se nos tempos coloniais havia a concentração de instituições e funcionários ligados à Coroa e nos tempos do Império alguns prédios de importância, no início do século XX sua população era, em sua maioria, composta de pessoas de baixa renda. Se uma das justificativas para o desmonte era o fato de que a sua população se resumia à

"homens de carão pálido e chupado, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria extrema; mulheres, burras de trabalho, de ar desalinhado e pobre, as saias de cima na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças cobertas de feridas e endiabradas" residindo em casa de "estilo feio e forte da colônia"⁶,

pretendemos perceber até que ponto este foi um discurso elaborado por uma elite para justificar a sua ação interventora. Elaborar uma imagem negativa do morro e de seus moradores ajudaria bastante na ação do desmonte. Em setembro de 1921 havia no morro do

Castelo 408 prédios onde habitavam 4200 pessoas.⁷ Pouco se fala a respeito desses agentes sociais. Periódicos da época, como a revista *Careta*, mesmo ao criticar o desmonte representavam seus moradores como pobres, desarticulados, sujos, mal vestidos, etc. Diante disso, pensamos ser importante perceber quem eram esses moradores, quais as suas ocupações e estratégias, como viviam e, ainda, que tipo de importância tinham dentro da rede de relações sociais que travavam entre si e com os demais grupos sociais.

Assim, a dissertação analisará, de uma maneira geral, a relação entre populares e Estado durante a Primeira República na cidade do Rio de Janeiro e, de uma maneira mais específica, os moradores do morro no momento que antecede o seu desmonte a fim de resgatar a identidade e memória desses agentes sociais; analisar suas ocupações e estratégias de vida; compreender a maneira como se relacionavam entre si e com os demais grupos sociais; e ainda refletir sobre a imagem negativa que se consagrou tanto na história como na literatura brasileiras sobre esses agentes sociais.

A idéia deste trabalho surgiu a partir da leitura de dois textos cujo conteúdo se referia a pressupostos metodológicos que defendiam a redução da escala de observação nos estudos de história social.⁸ As primeiras leituras sobre a população que habitava o morro do Castelo no momento de seu desmonte fizeram perceber o quão distante era a visão historiográfica deste grupo social, mostrando que as críticas metodológicas feitas pelos textos citados eram pertinentes. Partia-se da definição de grupo e não havia nenhuma tentativa em perceber quem eram os agentes sociais que formavam este grupo e como se relacionavam entre si e entre os demais.

Assim o que se pretende é uma aproximação do olhar sobre esses agentes sociais percebendo-os como indivíduos. Um olhar voltado para o que se convencionou em chamar de *história social da cultura*, uma história preocupada em buscar no passado a trajetória dos “de baixo” sem excluir os “de cima”; pensando não apenas em classes, mas também em gêneros, etnias, gerações e as variadas maneiras pela qual o homem estabelece identidade, buscando ainda as diferenças entre todos, desconsiderando a existência de uma homogeneidade; e aproximando o social do cultural, por ser este um campo privilegiado

para os estudiosos interessados nas redes de práticas, costumes, significados, crenças, comportamentos, atitudes e representações onde as relações e os conflitos estabelecidos entre os diferentes sujeitos sociais dialogam e circulam.⁹

A utilização dos mais variados tipos de fontes complementa a explicação exposta acima. Acreditávamos que a lacuna histórica onde os castelenses estavam escondidos era explicada pela falta de documentos que fizessem referências a essas pessoas. A partir de pesquisas em busca de fontes, percebemos que havia não apenas um conjunto documental, mas vários deles que pudessem dar conta do nosso objetivo. A pergunta que se faz a esses acervos é que nos levaria aos castelenses. Sendo assim, dispomos de um número diversificado de fontes que dão conta dos vários contextos em que esta população estava inserida, considerando a diversidade existente na experiência social de cada um. Partindo do pressuposto de que a heterogeneidade é uma característica intrínseca a qualquer grupo, analisar essas diferenças contribui para melhor entender as ações, estratégias e negociações no cotidiano de um grupo e da sociedade na qual ele está inserido.

As fontes para esta pesquisa são de diversas procedências e sua procura ainda não está encerrada. Entre elas podemos citar quatro obras literárias que fazem referência ao morro e seus moradores; entrevistas realizadas por historiadores e arquitetos sobre as transformações urbanas do início do século XX e suas conseqüências; documentação oficial e privada da administração do prefeito responsável pelo desmonte de 1922, Carlos Sampaio; e as imagens do morro feitas por Augusto Malta, fotógrafo contratado pela Prefeitura para registrar o cotidiano da cidade no período em questão.

Das fontes literárias, duas dessas obras se referem de forma negativa à imagem do morro do Castelo. A primeira delas, *Esaú e Jacob* de Machado de Assis, cuja primeira edição é de 1904, tem como primeiro cenário o morro. Natividade e Perpétua, duas personagens que representam o grupo social mais abastado da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX, vão ao morro para consultar uma cartomante. Nos dois primeiros capítulos, o autor descreve o morro, as impressões de suas personagens, os moradores, a residência da cartomante e a volta para casa das personagens. A segunda foi escrita por

Luiz Edmundo e tem como título *O Rio de Janeiro do meu tempo*, sendo impresso pela primeira vez em 1910. Nesta obra o autor descreve a cidade antes de 1904, ano em que se iniciaram as reformas de Pereira Passos, e de uma maneira bastante clara defende as reformas mostrando de um lado a cidade ainda presa a um passado colonial e de outro descrevendo os lugares ícones da modernidade européia.¹⁰

Os outros dois textos se referem à imagem positiva do Castelo, sendo eles: *Os subterrâneos do morro do Castelo* escrito por Lima Barreto e publicado como folhetim no *Correio da Manhã* de 28 de abril a 3 de junho de 1905 e, *Primeiras Flores* de Manuel Fernandes Figueira e publicado em 1955. No primeiro texto o autor faz uma paródia com a descoberta de uma galeria subterrânea no morro durante as primeiras demolições ocorridas ainda durante o governo de Pereira Passos. O segundo texto relata a memória de um frade capuchinho que morou no convento até 1921.¹¹ Pretendemos analisar e discutir esses quatro textos, procurando os códigos sociais neles contidos e refletindo acerca das imagens construídas do morro. É preciso destacar aqui que o texto literário será visto como um discurso, e como todo discurso, a “expressão da hierarquia e de valores intrínsecos às estruturas sociais de que emanam”.¹² Para nós, o texto literário é uma produção social, imbuída de temas, motivos, valores, tempos e normas da sociedade que a produziu.¹³ Nos interessa perceber o que os autores dos textos em análise testemunham sobre a sociedade de sua época, e ainda, investigar as interpretações que estes fazem da sua realidade, ou como nos explica Sidney Chalhoub, perceber a *lógica social do texto*.¹⁴

Outro tipo de fonte que será utilizada na composição da dissertação é uma série de entrevistas realizada pelo Projeto Arquivo Vivo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.¹⁵ Este projeto conta com dez depoimentos de pessoas que vivenciaram as transformações urbanas sofridas pela cidade na primeira metade do século XX. Entre elas destacamos três entrevistas que representam dois grupos de agentes sociais envolvidos no desmonte do Castelo: de um lado estão dois antigos moradores do morro e do outro dois engenheiros recém-formados que presenciaram as obras do desmonte.

Sr. Francisco Aloí Moreno e dona Florinda Aloí Moreno eram irmãos, nasceram e moraram no morro do Castelo até o momento do desmonte. Tinham, respectivamente, 12 e 20 anos em 1922. No dia 30 de outubro de 1985, quando se realizou a entrevista, relembram os anos que lá viveram, contam casos, descrevem o morro, seus moradores e seu cotidiano. Os engenheiros citados são os srs. Carlos Soares Pereira e José de Oliveira Reis. O primeiro conta, em entrevista realizada em 13 de novembro de 1984, a sua formação na escola Politécnica de Engenharia, sua admiração por Carlos Sampaio e como participou dos trabalhos para a preparação do terreno que daria lugar à Exposição em comemoração ao primeiro centenário da independência do Brasil, espaço antes ocupado pelo morro do Castelo. O segundo, em 02 de outubro de 1985, relata, entre outras coisas, sua vinda para o Rio de Janeiro, sua opinião sobre o desmonte enquanto jovem estudante da Escola Politécnica de Engenharia, sua participação enquanto engenheiro na abertura da Presidente Vargas e a produção do livro que escreveu sob o título de *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Pretendemos analisar mais profundamente estes depoimentos, destacando a maneira pela qual os agentes sociais envolvidos no processo do desmonte do Castelo elaboraram a sua memória acerca desse fato histórico. A utilização de fontes orais será por nós considerada na sua especificidade, como construção oral de memória: e mais, destacamos que um indivíduo ao falar de seu passado não falará senão com as palavras e com as categorias do presente, como já foi muito bem definido pelo campo recentemente construído da história oral.¹⁶ Portanto fontes orais devem ser encaradas como mais uma possibilidade para o historiador na sua tentativa de analisar o passado.

Outro *corpus* documental a ser utilizado nesta dissertação procura perceber a participação do Estado no processo de elaboração de uma imagem negativa aos moradores do morro no momento do desmonte do Castelo. Para tal utilizaremos o acervo do prefeito Carlos Sampaio que se encontra depositado no IHGB e as imagens produzidas por Augusto Malta como fotógrafo contratado pela prefeitura para retratar o cotidiano e o andamento das obras de remodelação da cidade, que se encontram no Arquivo da Cidade. Os dois acervos precisam ainda de uma pesquisa mais detalhada, no entanto, gostaríamos por hora de

destacar uma tabela intitulada "Desapropriação do Morro do Castelo segundo dados oficiais"¹⁷, que lista as ruas e casas existentes no morro, informando também o valor locativo e a penna d'água de cada uma. Ao analisar este documento percebemos a ausência das casas situadas ao topo do morro, um indício de que provavelmente tais residências não seriam consideradas. Ainda é preciso pesquisar sobre o imposto de água, pois pensamos que penna d'água seria um imposto sobre o uso da água, e o valor locativo de cada imóvel.

A princípio, esta tabela nos leva a pensar em dois tipos de posturas tomadas pelo Estado diante das diferenças que marcavam os moradores do Castelo. Uma, para aqueles com melhores rendas e que moravam ou possuíam imóvel na parte mais baixa do morro, o Estado se propôs a pensar em uma indenização; outra, para aqueles que moravam no topo do morro e tinham condições econômicas mais limitadas, o Estado limitou-se a dar um prazo para que desocupassem o local. Diante deste quadro, atentamos para o fato de uma hierarquia social entre os castelenses que se refletia na ocupação do morro. Dessa maneira percebemos a existência de grupos sociais diferentes que compunham a população do morro, interagindo entre si de maneira diferente e estabelecendo diferentes relações com o poder público, representado pelo Estado, mais especificamente pelo poder executivo municipal.

¹ Ver: ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar / Iplan Rio, 1987. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. BRENNAN, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão*. Rio de Janeiro : Index, 1985. KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro : Prefeitura do Rio de Janeiro! Secretarias de Culturas / Departamento Geral de Informação Cultural/ AGCRJ/ Divisão de Pesquisa, 2001. MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, 1992. PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lílian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". IN: *Revista Brasileira de História* n^o: 8/9. Rio de Janeiro : Editora Marco Zero, 1985. ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

² Ver KESSEL, Carlos. *Op. Cit.*

³ Ver MOTTA, *Op. cit* p. 61.

⁴ BARRETO, Lima. "Megalomania". *Careta* 28 de novembro de 1920.

⁵ Revista *Careta*, janeiro de 1922.

⁶ EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro : Xenon, 1987, p. 65.

⁷ IHGB, Coleção Carlos Sampaio, Lata 642, p.25.

⁸ REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" In: ____ (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. REVEL, Jacques. "A história ao rés-do-chão". In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

⁹ SOHIET, Raquel. "Introdução" In: ABREU, Martha e SOHIET, Raquel (ORG). *Ensino de História: conceitos, temática e metodologias*. Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 2003 e CUNHA, Maria Clementina Pereira.

“Apresentação” In: _____ (ORG) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2002. Destacamos ainda alguns historiadores que trabalharam com o conceito de cultura e cujas teorias foram utilizadas pelas historiadoras citadas: Carlo Ginzburg, Edward Palmer Thompson, Roger Chartier, Robert Darnton e Peter Burke.

¹⁰ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro : Ediouro, 2001; e EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro : Xenon, 1987.

¹¹ BARRETO, Lima. *Os subterrâneos do morro do Castelo*. Rio de Janeiro : Dantes, 1997 e FIGUEIRA, Manuel Fernandes. *Primeiras Flores*. Rio de Janeiro, 1955.

¹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo : Brasiliense, 1983; p. 19.

¹³ SEVCENKO, Nicolau. *Ibid*; p. 20.

¹⁴ CHALHOUB, S. e PEREIRA, L.A. de M. (ORG.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.

¹⁵ BENCHIMOL, Jaime; ROCHA, Osvaldo Porto; AIZEN, Mário e VAZ, Lillian. *Projeto Arquivo Vivo – Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro*.

¹⁶ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (ORG). *Usos e Abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Editora FGC, 2000

¹⁷ IHGB, Coleção Carlos Sampaio, lata 642 p.25.